

ASSOCIAÇÃO DE CABEÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES IDOSOS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Índice

Balancos em 31 de Dezembro de 2022 e 2023	4
Demonstração de Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 2022 e 2023	5
Demonstração de Resultados por Funções dos exercícios findos em 2022 e 2023	5
Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial os exercícios findos em 2022 e 2023	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 2022 e 2023	7
Anexo	8
Identificação da Entidade	8
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
Principais Políticas Contabilísticas	8
Bases de Apresentação	8
Continuidade	8
Regime do Acréscimo (periodização económica)	8
Consistência de Apresentação	8
Materialidade e Agregação:	9
Compensação	9
Informação Comparativa	9
Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
Ativos Fixos Tangíveis	9
Bens do património histórico e cultural	10
Propriedades de Investimento	11
Ativos Intangíveis	11
Investimentos financeiros	12
Inventários	12
Instrumentos Financeiros	12
Fundos Patrimoniais	14
Provisões	14
Financiamentos Obtidos	14
Estado e Outros Entes Públicos	15
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
Ativos Fixos Tangíveis	16
Ativos Intangíveis	18
Locações	19
Custos de Empréstimos Obtidos	19
Inventários	20
Rédito	20
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Subsídios e Apoios do Governo	21
Efeitos das alterações em taxas de câmbio	22
Imposto sobre o Rendimento	22
Benefícios dos Empregados	22
Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
Outras Informações	23
Investimentos Financeiros	23
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	23
Clientes e Utentes	24
Perdas por Imparidade de Clientes e Utentes	24
Outras Contas a Receber	24
Diferimentos	25
Outros Ativos Financeiros	25
Caixa e Depósitos Bancários	25
Fundos Patrimoniais	25
Fornecedores	25
Estado e Outros Entes Públicos	26
Outras Contas a Pagar	26
Outros Passivos Financeiros	26
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	26
Fornecimentos e Serviços Externos	27
Outros Rendimentos e Ganhos	27
Outros Gastos e Perdas	27
Resultados Financeiros	28
Acontecimentos após a data de Balanço	28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Balanços em 31 de Dezembro de 2022 e 2023

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	412 432,65	410 416,17
Bens do património histórico e cultural	5		
Propriedades de investimento	5		
Ativos intangíveis	6		
Investimentos financeiros	17.1	5 383,00	4 878,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2		
Total do Ativo Não Corrente		417 815,65	415 294,64
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	9		7 134,98
Clientes	17.3	46 945,82	29 049,50
Adiantamentos a fornecedores	17.10	14 791,94	
Estado e outros Entes Públicos	17.11	8 766,27	8 766,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.3		
Outras contas a receber	17.5	21 407,60	19 158,89
Diferimentos	17.6	24 296,73	1 239,88
Outros Ativos financeiros	17.7		
Caixa e depósitos bancários	17.8	672 386,55	654 970,34
Total do Ativo Corrente		788 594,91	720 319,86
TOTAL DO ATIVO		1 206 410,56	1 135 614,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	17.9	5 133,64	5 133,64
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	17.9	951 251,01	833 121,42
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.9	26 091,75	27 130,47
Resultado Líquido do período	17.9	23 658,49	129 835,58
Total dos Fundo Patrimoniais		1 006 134,89	995 221,11
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Total do Passivo Não Corrente		-	-
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17.10	35 002,26	11 038,74
Adiantamentos de clientes		30 971,78	17 544,58
Estado e outros Entes Públicos	17.11	23 576,22	18 633,71
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar	17.12	110 725,41	93 176,36
Outros passivos financeiros	17.13		
Total do Passivo Corrente		200 275,67	140 393,39
Total do Passivo		200 275,67	140 393,39
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		1 206 410,56	1 135 614,50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Demonstração de Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 2022 e 2023

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	Valências				31-12-2023	31-12-2022
		ERPI	CD	SAD	Cantina		
Vendas e serviços prestados	10	531 722,35	15 450,47	39 608,77	1 590,00	581 638,14	546 366,07
Subsídios, doações e legados à exploração	12, 17.14	418 625,30	4 960,79	39 413,68	243,47	463 243,24	540 243,47
Varição nos inventários da produção						0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade						0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(133 853,04)	(4 119,84)	(18 530,92)	(10 291,27)	(166 795,07)	(142 592,78)
Fornecimentos e serviços externos	17.15	(159 145,02)	(4 822,98)	(13 413,47)	(7 267,65)	(184 649,12)	(150 866,30)
Gastos com o pessoal	15	(604 151,53)	(10 328,94)	(39 953,91)	(1 509,65)	(655 944,03)	(628 681,92)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.4					0,00	(14 121,45)
Provisões (aumentos/reduções)	11					0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11					0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor						0,00	485,72
Outros rendimentos e ganhos	17.16	8 857,10	74,56	335,53	186,31	9 453,50	12 961,18
Outros gastos e perdas	17.17	(501,82)	(6,67)	(30,04)	(16,68)	(555,21)	(2 713,19)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		61 553,34	(5 526,06)	7 429,64	(17 065,47)	46 391,45	161 080,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(18 242,98)	(561,54)	(2 525,53)	(1 402,91)	(22 732,96)	(31 245,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		43 310,36	(6 087,60)	4 904,11	(18 468,38)	23 658,49	129 835,58
Juros e rendimentos similares obtidos	17.18					0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.18					0,00	0,00
Resultados antes de impostos		43 310,36	(6 087,60)	4 904,11	(18 468,38)	23 658,49	129 835,58
Imposto sobre o rendimento do período	14					0,00	0,00
Resultado líquido do período		43 310,36	(6 087,60)	4 904,11	(18 468,38)	23 658,49	129 835,58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial os exercícios findos em 2022 e 2023

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
1 - POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		5 133,64		742 094,86			28 169,19	74 009,98	849 407,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-
Alterações de políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-
Ajustamentos por impostos diferidos									-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				91 026,56			(1 038,72)	(74 009,98)	15 977,86
2		-	-	91 026,56	-	-	(1 038,72)	(74 009,98)	15 977,86
3 - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								129 835,58	129 835,58
4 = 2+3 - RESULTADO INTEGRAL								129 835,58	145 813,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
5		-	-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+5 - POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022		5 133,64	-	833 121,42	-	-	27 130,47	129 835,58	995 221,11

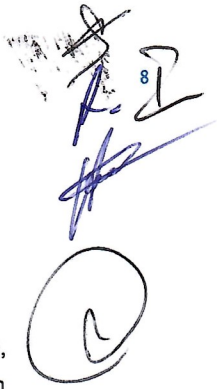
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
6 - POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		5 133,64	-	833 121,42	-	-	27 130,47	129 835,58	995 221,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-
Alterações de políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-
Ajustamentos por impostos diferidos									-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				118 129,59			(1 038,72)	(129 835,58)	(12 744,71)
7		-	-	118 129,59	-	-	(1 038,72)	(129 835,58)	(12 744,71)
8 - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								23 658,49	23 658,49
9 = 7 + 8 - RESULTADO EXTENSIVO								23 658,49	10 913,78
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
10		-	-	-	-	-	-	-	-
6+7+8+10 - POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023		5 133,64	-	951 251,01	-	-	26 091,75	23 658,49	1 006 134,89

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 2022 e 2023

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2023/12/31	2022/12/31
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		562 446,06	554 030,12
Pagamentos de subsídios		463 243,24	
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			(4 550,00)
Pagamento a fornecedores		(375 608,28)	(365 179,85)
Pagamentos ao pessoal		(454 126,07)	(440 032,23)
	Caixa gerada pelas operações	195 954,95	(255 731,96)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(222 949,71)	408 751,21
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(26 994,76)	153 019,25
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		43 906,44	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		504,53	
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			151,15
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	44 410,97	151,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		17 416,21	153 170,40
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		654 970,34	501 799,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		672 386,55	654 970,34



Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos aprovados, com sede no Largo da Eira do Quarto, em Cabeção.

A sua atividade prossegue os seguintes objetivos:

- Apoio social a idosos

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11 e 18) e “Diferimentos” (Nota 12).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que,

nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em todo o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta / do saldo decrescente / das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
(Descrição)	(Vida útil)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	1

A Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo, destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto, a Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta / do saldo decrescente / das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados.

[Handwritten signature]
11

[Handwritten circle]

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada pela Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos, especializada e independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Intangíveis	
Descrição	(Vida útil)
Goodwill	-
Projectos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	-
Propriedade Industrial	-
Outros Ativos intangíveis	-

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

Neste exercício a instituição não tem investimentos em empresas, possui apenas a participação nos Fundos de Compensação do Trabalho.

3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor valor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

No presente exercício foi adotado o sistema de inventário intermitente.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;



Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pelo Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

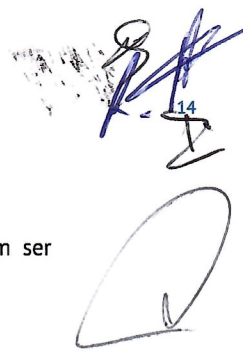
Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023



A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores do Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que o Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez, os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director*

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos dos anos de 2016 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Associação não possui "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

Outros Ativos Fixos Tangíveis

Nos períodos de 2022 e 2023 ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de "Outros Ativos Fixos Tangíveis"

Custo	Saldo em 01/01/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	29 743,62	0,00	0,00	0,00	0,00	29 743,62
Edifícios e outras construções	760 778,23	0,00	0,00	0,00	0,00	760 778,23
Equipamento básico	292 791,04	10 960,04	(5 480,02)	0,00	0,00	298 271,06
Equipamento de transporte	71 764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71 764,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	92 497,50	0,00	(0,30)	0,00	0,00	92 497,20
Outros Ativos fixos tangíveis	28 795,96	0,00	0,00	0,00	0,00	28 795,96
Total	1 276 370,35	10 960,04	(5 480,32)	0,00	0,00	1 281 850,07
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	440 957,50	11 723,96	0,00	0,00	0,00	452 681,46
Equipamento básico	236 025,20	11 927,01	0,00	0,00	0,00	247 952,21
Equipamento de transporte	66 701,60	5 062,40	0,00	0,00	0,00	71 764,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	86 870,42	2 531,85	0,00	0,00	0,00	89 402,27
Outros Ativos fixos tangíveis	28 800,96	0,00	(5,00)	0,00	0,00	28 795,96
Total	859 355,68	31 245,22	(5,00)	0,00	0,00	890 595,90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2023

Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Custo	Saldo em 01/01/2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	29 743,62	0,00	0,00	0,00	0,00	29 743,62
Edifícios e outras construções	760 778,23	36 786,63	0,00	0,00	0,00	797 564,86
Equipamento básico	298 271,06	7 119,81	0,00	0,00	0,00	305 390,87
Equipamento de transporte	71 764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71 764,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	92 497,20	0,00	0,00	0,00	0,00	92 497,20
Outros Ativos fixos tangíveis	28 795,96	0,00	0,00	0,00	0,00	28 795,96
Total	1 281 850,07	43 906,44	0,00	0,00	0,00	1 325 756,51
Depreciações acumuladas						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	452 681,46	12 459,69	0,00	0,00	0,00	465 141,15
Equipamento básico	247 952,21	9 376,78	0,00	0,00	0,00	257 328,99
Equipamento de transporte	71 764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71 764,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	89 402,27	896,49	0,00	0,00	0,00	90 298,76
Outros Ativos fixos tangíveis	28 795,96	0,00	(5,00)	0,00	0,00	28 790,96
Total	890 595,90	22 732,96	(5,00)	0,00	0,00	913 323,86
	Saldo em 01/01/2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2023		
Perdas por Imparidade Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Propriedades de Investimento

A Associação não possui Propriedades de Investimento.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Associação de Cabeção de Solidariedade aos Trabalhadores Idosos não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Ativos Intangíveis

Nos períodos de 2022 e 2023 ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de "Ativos Intangíveis"